

Inter Invest

Os melhores insight de investimentos!



Rafael Winalda
rafael.borges@inter.co

quarta-feira, 11 de março de 2026

O que é uma recuperação extrajudicial?

Como explicamos no conteúdo sobre a Recuperação Judicial, empresas que enfrentam dificuldades financeiras podem recorrer a mecanismos legais para renegociar suas dívidas e reorganizar suas operações.

Uma alternativa a esse processo é a Recuperação Extrajudicial.

A recuperação extrajudicial também é um instrumento previsto na legislação brasileira que permite que empresas renegociem suas dívidas com credores, mas com menor intervenção do Poder Judiciário. Em outras palavras, trata-se de um processo mais negociado entre as partes e, geralmente, mais rápido e menos burocrático do que a recuperação judicial.

Enquanto na recuperação judicial a empresa entra com um pedido formal e passa a operar sob supervisão do Judiciário, na recuperação extrajudicial a negociação ocorre primeiro entre empresa e credores, e somente depois pode ser levada à Justiça para homologação.

Como funciona na prática

No caso da recuperação extrajudicial, o processo costuma seguir uma lógica um pouco diferente:

- A empresa inicia negociações diretas com seus credores;
- É elaborado um plano de reestruturação das dívidas;
- Esse plano precisa ser aceito por uma parcela relevante dos credores envolvidos;
- Depois disso, ele pode ser levado à Justiça para homologação.

A homologação judicial serve basicamente para dar segurança jurídica ao acordo, garantindo que ele seja cumprido pelas partes envolvidas.

O que pode mudar nas dívidas

Assim como na recuperação judicial, o objetivo é tornar a estrutura de endividamento da empresa mais sustentável ao longo do tempo. Por isso, o plano de recuperação extrajudicial também pode prever ajustes como:

- Alongamento dos prazos de pagamento;
- Períodos de carência;
- Redução parcial das dívidas (descontos);
- Troca de dívida por participação na empresa.

Essas medidas buscam aliviar a pressão financeira no curto prazo e permitir que a empresa reorganize seu fluxo de caixa.

A principal diferença em relação à recuperação judicial

Embora os objetivos sejam semelhantes, existem diferenças importantes entre os dois mecanismos.

Na recuperação extrajudicial:

- O processo é mais negociado diretamente entre empresa e credores;
- Há menos intervenção do Judiciário;
- Não existe automaticamente um período amplo de proteção contra execuções;
- Apenas os credores incluídos no plano participam da negociação.

Já na recuperação judicial, o processo é mais estruturado e supervisionado pela Justiça, envolve assembleias formais de credores e costuma abranger uma parcela maior das dívidas da empresa.

Por que empresas optam por esse caminho

Em muitos casos, a recuperação extrajudicial é utilizada quando a empresa ainda possui alguma capacidade de negociação com seus credores e consegue estruturar um acordo antes que a situação financeira se deteriore de forma mais grave.

Entre as principais vantagens desse modelo estão:

- Maior agilidade no processo
- Menor custo jurídico
- Menor exposição pública do problema financeiro
- Maior flexibilidade nas negociações

Por outro lado, ele exige que a empresa consiga convencer uma parte relevante dos credores a aderir ao acordo, o que nem sempre é simples.

Por que isso também importa para investidores

Para investidores em crédito privado, como debêntures, CRIs ou CRAs, uma recuperação extrajudicial também pode representar um evento relevante.

Nesses casos, é comum observar:

- Renegociação das condições originais da dívida;
- Mudanças nos prazos de pagamento;
- Possíveis perdas financeiras dependendo do acordo.

Por isso, entender a diferença entre recuperação judicial e recuperação extrajudicial é fundamental para avaliar o risco de crédito e o potencial de recuperação dos ativos envolvidos.

Disclaimer

Este material foi preparado pelo Banco Inter S.A. ("Inter") e destina-se à informação de investidores, não configurando um relatório de análise para os fins da Resolução CVM 20/2021. Este material tem como único objetivo fornecer informações macroeconômicas e não deve ser interpretado como uma recomendação, oferta ou solicitação de oferta para aquisição ou venda de valores mobiliários, instrumento financeiro ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações, opiniões e estimativas contidas no presente material foram obtidas de fontes consideradas confiáveis e este relatório foi preparado de maneira independente. Em que pese tenham sido tomadas todas as medidas razoáveis para assegurar a veracidade das informações aqui contidas, nenhuma garantia é firmada pelo Inter ou pelos analistas responsáveis quanto à correção, precisão e integridade de tais informações, ou quanto ao fato de serem completas. As informações, opiniões, estimativas e projeções contidas neste documento referem-se à data em que o presente material foi disponibilizado e estão sujeitas a mudanças, não implicando necessariamente na obrigação de qualquer comunicação, atualização ou revisão do presente material. O analista responsável por este relatório declara que as recomendações e análises refletem única e exclusivamente as suas opiniões pessoais e que foram elaboradas de forma independente, inclusive em relação à pessoa jurídica à qual está vinculado, podendo, inclusive, divergir com a de outros analistas do Inter, ou ainda com a de opinião de seus acionistas, instituições controladas, coligadas e sob controle comum (em conjunto, "Inter"). Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, a situação financeira e as necessidades específicas de qualquer investidor em particular. O Inter não é responsável por eventuais perdas e danos ou lucros cessantes que decorram do uso dos dados aqui divulgados. Antes de tomarem decisões com base no presente material, os potenciais investidores devem buscar orientação individual financeira, legal, contábil, econômica, de crédito e de mercado, considerando seus objetivos e características pessoais. Ao acessar este material, você declara que está ciente e compreende os riscos decorrentes dos mercados aqui abordados e às leis em sua jurisdição referentes a aquisição e venda de produtos de serviço financeiro. Este material não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer pessoa, para quaisquer fins sem autorização prévia por escrito do Inter.